

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Alvaro Nei Silva de Albuquerque

O SOBRENATURALISMO DE C. S. LEWIS EM *MILAGRES*

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Humberto Schubert Coelho

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Alvaro Nei Silva de Albuquerque, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672088A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O Sobrenaturalismo de C. S. Lewis em *Milagres*** desenvolvido durante o período de Setembro de 2018 a Dezembro de 2018 sob a orientação de Humberto Schubert Coelho, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra a cima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____ .

Alvaro Nei Silva de Albuquerque

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC

"O SOBRENATURALISMO DE C. S. LEWIS EM *MILAGRES*"

Alvaro Nei Silva de Albuquerque¹

RESUMO

A possibilidade de existir algo além da realidade que experimentamos, sempre esteve em suspeição e presente nas mais remotas expressões culturais da humanidade, através de pinturas rupestres, passando por narrativas míticas até as raias da racionalidade. Existe algo além daquilo que podemos apreender com nossos sentidos e com nossa razão? Se existe, quais são as evidências?

O presente artigo tem como propósito expor os argumentos filosóficos que fundamentam a possibilidade da existência de algo além da natureza, expostos por Clive Staples Lewis em sua obra *Milagres*.

PALAVRAS-CHAVES: naturalismo, supranaturalismo, racionalidade, ética, C. S. Lewis.

1. INTRODUÇÃO

C. S. Lewis (1898-1963), notabilizou-se como escritor a partir da metade do século XX principalmente pelas *Crônicas de Nárnia*, entretanto, há muito mais do genial literato irlandês a ser explorado pelo universo acadêmico. É possível notar que Lewis possuía pelo menos três faces distintas (McGRATH, 2013, p.13), mas que se intercambiavam em suas obras: o professor de literatura medieval e renascentista de Oxford e Cambridge, o imaginativo escritor de fábulas mágicas que possuíam, em primeira mão, uma leitura de percepção imediata, de cunho lúdico, e outra leitura reflexiva com conteúdos cristãos encontrados no enredo e na fala de seus personagens. E por fim, um Lewis apologista cristão, que mesmo sem fazer uso próprio da linguagem teológica, e talvez por conta disso, influenciou significativamente seus leitores, com exposições extremamente lógicas que evidenciavam um conhecimento seguro também da tradição filosófica.

Evidente está, que a nossa empresa focará o Lewis apologista e, tendo como fonte primária seu livro *Milagres*, publicado em 1947, exporá como esse eminente autor fundamenta, através da concepção antropológica, aquilo que ele chama de maior evidência do supranaturalismo: a racionalidade humana. Em seguida, voltaremos à atenção para o conteúdo moral intrínseco da constituição humana que reforça essa defesa.

Faz-se necessário evocar que o período de produção intelectual de Lewis cobre cerca de vinte e oito anos, se considerarmos sua primeira obra de grande vulto *O regresso do peregrino*, publicado em maio de 1932, e sua obra derradeira *A anatomia de uma dor*, escrita em julho de 1960, por motivação da morte de sua esposa Joy Davidman (McGRATH, 2013, p.397). Analisando este período histórico, parece claro que a Europa vivia ainda, sobre o impacto impiedoso e amplo do pós-guerra e que o materialismo dialético da doutrina marxista, o determinismo psíquico da teoria freudiana e o dinamismo próprio e autossuficiente do evolucionismo de Charles Darwin eram correntes de pensamento que, sob certos aspectos, além de influenciarem intensamente este cenário, apontavam para uma concepção materialista da realidade. Neste contexto, o apologista cristão que deixasse de considerar essa importante questão, perderia a pertinência e a apreciação, não só do público interno, os já cristãos, mas principalmente daqueles aos quais se dirige a defesa da fé cristã. Lewis encarou essa questão de dois modos: o alegórico, como se pode constatar em sua primeira grande obra supracitada (McGRATH, 2013, p.190), e de modo sistemático e em linguagem argumentativa nas palestras durante a 2ª Guerra que se transformaram na obra *Cristianismo Puro e Simples* e de forma mais específica em *Milagres*.

2. AS CONDIÇÕES DA APOLOGÉTICA LEWISEANA

Em sendo de caráter apologético, *Milagres* tem como propósito resguardar, através da exposição racional, a plausibilidade dos milagres de Jesus, e mesmo antes disso, tornar razoável aquilo que Lewis

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: alvaronei@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Humberto Schubert Coelho.

chama de O Grande Milagre, ou seja, a maior e mais deliberada intervenção de Deus no mundo natural, a qual os cristãos denominam Encarnação - Deus tornado homem -; no qual se atrelam todos os demais milagres cristãos (C. S. LEWIS, 1984, p.102). É nesse sentido que Lewis afirma que o cristianismo é a única religião do mundo onde eventos milagrosos são elementos constitutivos essenciais, e que uma vez retirados dela, a descaracteriza.

Seria possível ter um grande profeta pregando seus dogmas sem introduzir quaisquer milagres; uma vez que eles têm apenas da natureza de uma digressão, ou a função de uma letra inicial ornamentada. No entanto, não há como fazer isso com o cristianismo, pois a história cristã é precisamente a história de um milagre grandioso, sustentando que aquilo que está além de todo espaço e de todo o tempo, que é inciado e eterno, entrou na natureza, na natureza humana, desceu ao seu próprio universo, e por fim ressuscitou, trazendo a natureza consigo. Ela é precisamente um grande milagre. (C. S. LEWIS, 2018, p.122)

Lewis sintoniza-se com o Apóstolo Paulo² que enfatizou a necessidade do milagre em relação à fé cristã: “E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados”.

No entanto, é oportuno pontuar que Lewis apesar de ver nos milagres bíblicos elementos essenciais para a fé, por outro lado ele não os massifica, alegando que eles existiriam em todo tempo e por todos os lugares. Aliás, Lewis associa a ocorrência de milagres³ a momentos especiais da história, conduzida pelo divino, e em lugares próximos de martírios:

Eles (milagres) surgem nas grandes ocasiões: sendo encontrados nos grandes centros de força da história não da história política ou social, mas da espiritual que não pode ser plenamente conhecida pelos homens. Se a sua vida não se acha próxima de um desses grandes centros, como poderia esperar observá-los? Se fôssemos missionários heroicos, apóstolos ou mártires, a coisa seria diferente. (C. S. LEWIS, 1984, p.156).

Antes mesmo que as apreciações destas alegações cristãs narradas no Novo Testamento se deem, faz-se necessário asseverar que a concepção filosófica está pressuposta a ela. A análise histórica é definida pelos “óculos” filosófico e nunca o inverso. Além disso, os sentidos nos apresentam dados que são imediatamente “filtrados” pela forma com que concebemos o mundo ao redor. “A experiência prova, isto, aquilo ou nada – de acordo com as pressuposições que trazemos a ela” (C. S. LEWIS, 2018, p.30). Logo, a alegação empírica ou qualquer análise de texto histórico versando sobre eventos milagrosos, ou até mesmo qualquer investigação científica, são dependentes de um fundamento filosófico anterior pelo qual sistematizamos a realidade. Apesar de Lewis não afirmar que a razão poderia provar as crenças cristãs, ela poderia apontar a direção a seguir (McGRATH, 2014, p.121). Esse indicativo racional é o que focaremos daqui em diante.

2.1 Natureza

Lewis entende natureza como um sistema fechado com eventos, originados ou não, por um ser divino, ou Fato básico (C. S. LEWIS, 1984, p.9). O professor Collingwood (1889 – 1943) descreve três fases distintas da ideia de natureza ao longo da história do pensamento: a dos gregos que a encaravam como possuidora de elemento físico concomitantemente com um elemento intelectual, sendo este de função ordenadora e organizacional; o dos renascentistas que a viam como uma máquina ordenada por algo ou alguém externo a ela, e finalmente dos modernos, que influenciados pelo evolucionismo, percebiam a natureza com um conjunto de processos de uma substância única. (COLLINGWOOD, 1978, p. 9, 15 e 23). Podemos notar claramente que o conceito de natureza não é autoevidente, mas demarca uma interpretação do mundo, como atesta Alister McGrath: “Deparamo-nos com a conclusão perturbadora que as definições de “natureza” não dependem de alguma característica intrínseca ao mundo natural, mas resultam da construção de agentes humanos” (McGRATH, 2016, p.50).

² Exposição feita pelo Apóstolo Paulo à igreja de Corinto sobre as evidências da ressurreição do Cristo; (I Coríntios 15:14)

³ Eventos produzidos por Deus na natureza que ganham a denominação de supranaturais, mas que não são tão estranhos à natureza, haja vista que esta fora criada com propensão receptiva a esses eventos. (C. S. LEWIS, 1984, p.43).

De confissão anglicana⁴, Lewis não encara a natureza como oposta a graça, oposição que de certa forma caracterizou o protestantismo do *sola gratia*. Porém, dentro do processo oriundo da Reforma, a rejeição do *liber naturae*⁵ perde sua intensidade na influência tardia do romantismo alemão, e a natureza se reabilita como possibilidade, em sua regularidade e estética, da percepção de Deus. Tal reabilitação, observada pelo professor Dreher, dá mostras já em Johann Böhme (1575-1624) e Friedrich W. J. Schelling (1775-1854) que “chegam, assim, a uma visão de que o natural é, como tal, sobrenatural, mas nunca em sua imanência isolada”, (PICH, 2009, p.41). Apesar da rígida oposição à chamada teologia natural principalmente capitaneada por Karl Barth (1866-1968) que enxergava nesta teologia uma tentativa de subversão da revelação divina, ou de apologistas protestantes mais recentes e radicais como Francis Schaeffer (1912-1984) que apontou Thomas de Aquino como grande responsável pela abertura do caminho para o humanismo autônomo por admitir uma Queda volitiva, ou seja, moral, mas não a intelectual do ser humano (SCHAEFFER, 1997, p. 11); há movimentos contemporâneos que se propõem resgatar a contundência de uma teologia natural como uma perspectiva viável dependente de “bases que se situem externas a ela – isto é, a ideia que a ordem natural e a mente humana são moldadas pelo *logos* divino”. (McGRATH, 2016, p.88), dentre esses autores estão: Arthur Peacocke (1924-); John Charlton Polkinghorne (1930-) e o próprio Alister McGrath (1953-), todos teólogos e também com exuberante formação em ciências naturais.

2.2 Naturalismo

É possível, portanto, de acordo como se concebe a natureza em sua origem e constituição, identificar segundo Lewis, basicamente dois tipos de naturalistas: aqueles que admitem o começo de tudo como obra do acaso, concepção que necessariamente desconsidera qualquer tipo de teleologia que fundamente propósitos para a vida humana ou para o universo e que, conseqüentemente, descarta conceitos metafísicos que possivelmente poderiam reger as relações humanas como: amor e bondade (McGRATH, 2014, p.33); e naturalistas que adeptos da “doutrina segundo a qual nada existe fora da natureza e Deus é apenas o princípio de movimento das coisas naturais” (ABBAGNANO, 2007, p. 698), ou seja, imanente a ela. A distinção acima não é unânime como se observa em Plantinga:

Naturalismo é a ideia de que não há tal pessoa como Deus ou qualquer coisa como Deus; nós podemos pensar nessa posição como ateísmo turbinado ou talvez ateísmo plus. É possível ser ateu sem ascender a arrogantes altitudes (ou descender até as profundezas tenebrosas) do naturalismo. Aristóteles, os antigos Estóicos, e Hegel (ao menos em alguns estágios) poderiam apropriadamente ser considerados ateístas, mas eles não poderiam apropriadamente ser considerados naturalistas: cada um endossa alguma coisa (Primeiro Motor de Aristóteles, O Nous Estóico, O Absoluto de Hegel) que nenhum naturalista que se auto-respeite poderia tolerar. (PLANTINGA, 2011, p.1).

A natureza concebida como o tudo e este tudo identificado com o Fato básico, ou originada do acaso, tipificam a corrente filosófica denominada naturalismo. Entretanto, a afirmação de que nada existe além da realidade acessada pelos sentidos e intelecto e que tudo o que ocorre faz parte de um conjunto de eventos, no tempo e no espaço e, portanto, nada do que ocorre pode ocorrer independente desse conjunto, caracteriza prioritariamente essa corrente filosófica. Desta forma, não importa se usamos o termo naturalismo como doutrina contraposta ao sobrenatural; negando assim qualquer possibilidade de existência de Deus ou deuses; como doutrina contraposta ao artificial, afirmando que tudo o que ocorre possui seu próprio curso; ou finalmente como doutrina contraposta ao normativo, ou seja, as normas inter-relacionais humanas são naturalmente irrelevantes (RITCHIE, 2012, p. 12, 14 e 17). O que parece fixo é que o naturalismo nada admite além da natureza, seja essa somente física (fiscalismo

⁴ Assim é descrito a característica do pertencimento religioso de Lewis à Igreja da Inglaterra, pela professora Greggersen, estudiosa e principal tradutora das obras de Lewis: “Como anglicano, ele tinha uma visão voltada para o diálogo inter-religioso e para o ecumenismo, não levantando bandeiras, principalmente da sua própria igreja [...] Não é ficar em cima do muro, mas aceitar o mistério das coisas e a posição de tensão dialética que caracteriza todos aqueles que são pressionados de dois lados opostos”. (GREGGERSEN, 2018, p.1).

⁵ Referente à metáfora presente em Agostinho onde a natureza é encarada como outro “livro” revelado por Deus, além do *liber scripturae* – a Bíblia (PICH, 2011, p. 34).

evolucionista) ou como essência única manifesta da realidade (substancialismo monista). A primeira admissão tem como consecução o materialismo, que entre outras derivações de perspectivas filosóficas, destacou-se o materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818 – 1883), com notada influência hegeliana; e a segunda no panteísmo o qual, na Europa moderna, tem Giordano Bruno (1548 – 1600) como precursor e Baruch Spinoza (1632 – 1677) como aprimorador (ABBAGNANO, 2007, p. 699). Não se pode deixar de mencionar que nesta mesma busca conciliadora entre a Evolução da vida no universo e um Deus dentro dela, o esforço notável do Padre Pierre Teilhard de Chardim (1881-1955) que, segundo Hans Küng, assim se delineava:

Deus não é para ele apenas a meta e a origem da criação. Deus **evolui** ele próprio, acompanha a evolução desde as partículas elementares e as amplidões sem fim do cosmos, passando pela biosfera das plantas e do mundo animal, até a noosfera do espírito humano [...] o próprio homem ainda não se completou. O homem encontra-se em processo de vir-a-ser: a hominização, a antropogênese, ainda não foi concluída. Ela impele a cristogênese, e esta, por último, a sua futura plenitude, seu “pleroma” [...] onde a aventura individual e coletiva do homem se completa e se conclui, e onde a completude do mundo se converge com a **completude** de Deus. (KÜNG, 2007, grifo nosso)

E, mais recentemente, desdobramentos filosóficos do anglo-saxão Alfred North Whitehead (1861-1947), culminaram na chamada Teologia do Processo encabeçada por Charles Hartshorne (1897-2000), onde Deus e a natureza existem necessariamente, a natureza é o corpo de Deus, o qual está dentro do tempo, realizando sínteses mais ricas, mas que ainda não atingiu um possível estágio de perfeição absoluta (McGRATH, 2005, p.139). Nestas junções do evolucionismo/criacionismo, não podemos deixar de observar a necessidade da indistinção do divino com a totalidade, concepção que se afasta da tradição judaico-cristã, onde Deus é, entre outros atributos, distinto de sua criação e necessariamente absoluto.

2.3 O supranaturalismo lewiseano

Não necessariamente do lado oposto, mas para além do naturalismo, encontra-se o supranaturalismo, perspectiva que Lewis precisa primeiramente tornar razoável antes de tratar dos milagres cristãos. E a principal diferença entre ambas as correntes de pensamento não é, necessariamente a diferença entre ateísmo e teísmo. O naturalismo como visto acima, pode admitir um deus natureza, porém, “não pode aceitar é a ideia de um Deus que se coloca fora da natureza e que fez a natureza” (C. S. LEWIS, 1984, p.10). No entanto, esta é a ideia esposada pelo supranaturalismo lewiseano: um só Deus⁶ criou a natureza, e como um artista, deixou sua marca nela, logo pode ser percebido nela, mas não confundido com ela. G. K. Chesterton (1874 - 1936), notável apologista influenciador de Lewis, descreve assim essa distinção crucial, para o supranaturalismo, entre o criador e sua criação:

A expressão radical para todo o Teísmo cristão era esta: que Deus era um criador, como um artista é um criador. Um poeta tão separado de seu poema que ele mesmo refere-se a ela como uma coisinha que “foi jogada”. Até mesmo no ato de produzi-lo ele o jogou fora. Esse princípio segundo o qual toda a criação, toda a procriação é um desprender-se é no mínimo coerente através do cosmo como o princípio segundo o qual toda a criação, toda a procriação é um desprender-se, é no mínimo através do cosmo como princípio evolucionário de que todo o crescimento é uma ramificação. Uma mulher perde seu filho exatamente quando o está dando a luz. Toda criação é separação. O nascimento é uma despedida tão solene quanto a morte. O princípio filosófico do cristianismo no ato divino de criar (como o que separa o poeta do poema ou a mãe do filho recém-nascido) era a verdadeira descrição do ato com a qual a energia absoluta criou o mundo. (CHESTERTON, 2007, p.82)

Posta então a diferença de perspectiva entre o naturalismo que, a despeito de suas derivações tipológicas, deve ser caracterizado como a não admissão de eventos extrínsecos a um sistema feito em si mesmo, e o supranaturalismo, que segundo Lewis, admite um criador distinto da natureza que criou. É possível ainda, apontar várias aproximações atuais das filosofias da religião ao par conceitual “natural/sobrenatural”, bem como de seus “ismos”, das quais poderíamos citar: a leitura lógico-formal;

⁶ Lewis já pressupõe um supranaturalismo monoteísta, pois o politeísmo não interessava aos seus leitores. (LEWIS, 1984, p.10).

metafísica (ontológica); epistemológica-categorial, dialética, teleológica e hermenêutica ou até a leitura histórica (DREHER e PICH, 2011, p.8). No entanto a aproximação lewieseana é fundamentada na racionalidade humana distinta da *physis*, sem, no entanto, ser racionalista, pois a razão não se coloca como elemento exclusivo e sim copertencente a outros elementos como: a moralidade, ainda que associada à razão e que será apreciada abaixo; o desejo⁷ que prenuncia “outro mundo” e a fé como elemento anterior a razão e que, não obstante, não a descarta no processo sistematizador do conteúdo crido.

3. A RACIONALIDADE COMO ÓBICE DO NATURALISMO

A principal abordagem de Lewis na busca de evidenciar o supranaturalismo é epistemológica, ou seja, a maneira de nos apropriarmos da realidade através do conhecimento, torna-se o principal argumento lewieseano na refutação ao naturalismo. Entretanto, esta aproximação, em consecução, também é ontológica, mesmo porque, descrever propriedades do conhecer humano é necessariamente lançar fundamentos de elementos que nos constitui. Logo, questões como: o que posso conhecer? E como posso conhecer? Além de gerarem vastíssimos debates na tradição filosófica ocidental, estão intimamente ligadas à questão: quem sou eu?

Côncio da relação quase indistinta entre o conhecer e o ser, Lewis escreve um apêndice em *Milagres* com intuito exclusivo de expor sucintamente sua antropologia cristã. No entanto, ao se voltar à exposição sobre a evidente distinção da racionalidade humana, ele não a reduz em conceitos como “alma” ou “espírito”, isso acentua e fortalece a finalidade de se contrapor à perspectiva naturalista sem se fazer valer de nenhuma linguagem, estruturadora do debate lógico, extrínseca de seu contexto conceitual, o que se ocorresse, necessariamente desprestigiaria sua apologética. Nesse sentido, a famosa crítica anedótica ao dualismo cartesiano exposto pelo filósofo britânico Gilbert Ryle (1900 - 1976), conhecida como o “fantasma da máquina”, (GABRIEL, 2018, p.56) que em sua essência, denunciava uma confusão de categorias entre eventos físicos e eventos mentais, não pode ser aplicada à tese lewieseana, uma vez que, em nenhum momento, Lewis confundiu essas categorias, entretanto enfatizou, como evidência da supranatureza, exatamente suas diferenças.

Em suma, há uma coerência interna na tese lewieseana de não inter-relacionar, em um primeiro momento, conceitos físicos com conceitos metafísicos cristãos, não porque estes carecem de sentido ou significado em relação àqueles, como defendia Wittgenstein (1889-1951), do *Tractatus*, seguido do eminente filósofo analista Rudolf Carnap (1891-1970) (POPPER, 1972, p.287), mas, simplesmente pela eficácia de se opor com proposições próprias da perspectiva oponente, partilhando sempre o mesmo contexto linguístico.

Em sua diligente busca por pistas de algo que escape à visão naturalista da realidade, Lewis destaca uma possível evidência naquilo que, em sua época, ainda parecia incipiente no campo da Física: a suposta “imprevisibilidade” das partículas subatômicas (C. S. LEWIS, 1984, p.14). Apesar de não se valer dessa precária pista, pois talvez não compreendesse o que de fato os cientistas queriam dizer sobre movimentos subatômicos “por si” e “de si”, soma-se a isso que essa descoberta também poderia, mais tarde, ser abolida pela própria ciência. No entanto, é válido observar que mesmo descartando a possibilidade de evidenciar um possível mundo “sub-natural”, Lewis introduz a ciência como o teatro de operações onde a primeira batalha contra a visão naturalista acontece. A razão dessa abordagem deve-se ao fato de que os filósofos naturalistas são os principais propagadores e entusiastas dos avanços da ciência natural, entretanto os cientistas naturais, por vezes, propagam afirmações possuidoras de compromissos ontológicos implícitos, sem se darem conta, o que desprestigia o espírito naturalista (RITCHIE, 2012, p. 155).

Uma vez que o naturalismo começa dentro da própria ciência, o primeiro argumento lewieseano a favor do supranaturalismo desdobra-se em duas frentes: a que recai sobre a questão correlacional entre a razão humana e a natureza como estrutura evolutiva neurofisiológica, acentuando o distintíssimo modo dedutivo de operar da própria racionalidade; e o outro sobre a importância da validade do raciocínio como instrumento fundamental da razão no exercício de apreensão do conhecimento.

⁷ “Se descubro em mim um desejo que nenhuma experiência deste mundo pode satisfazer, a explicação mais provável é que fui criado para um outro mundo” (LEWIS, 2005, p. 49).

Sobre o primeiro desdobramento, Lewis cita nas próprias palavras do eminente professor Haldane⁸ (1892 -1964), uma dificuldade até hoje não muito bem refutada pela visão naturalista da realidade:

Se meus processos mentais forem determinados inteiramente pelos movimentos dos átomos em meu cérebro, não tenho motivo para supor que minhas crenças são verdadeiras. Elas podem ser quimicamente sólidas, mas isso não as torna logicamente sólidas. Portanto, não tenho motivo para supor que meu cérebro seja composto de átomos. Para livrar-me dessa necessidade de serrar o galho sobre o qual, por assim dizer, estou sentado, sou forçado a dizer que minha mente não é de todo condicionada pela matéria. (McGRATH, 2013, p. 268)

O cérebro em sua materialidade se coloca então como uma condição necessária, mas não como condição suficiente para abarcar e justificar a razão humana (GABRIEL, 2018, p.19). O pensamento não opera necessariamente dentro da causalidade como os eventos físicos. Um pensamento não deve, invariavelmente, causar outro, podemos inferir conclusões através da dedução: $A = B$, se provado que ambos são iguais a C , essa inferência não é causal (C. S. LEWIS, 1984, p.18). Logo, os eventos típicos da natureza física, que são bases do processo evolutivo até ao cérebro humano, são de categoria causal, mas o raciocínio humano opera de modo diferente, ele infere também dedutivamente em busca do conhecimento. Desse modo, não há parâmetros na natureza, respaldados em processos evolutivos causais, que justifique uma forma tão extrínseca a ela como é o *modus operandi* do pensar humano. Lewis até admite que um pensamento possa ser causa de outro pensamento, mas não do mesmo modo que a liquefação da água, a metros de distância da superfície da terra, causa a chuva, e sim como uma base para outro pensamento. “O pensamento sempre trata de algo além de si mesmo, já os eventos físicos em suas sucessões de nada tratam” (C. S. LEWIS, 1984, p.17).

Identificar a natureza com a totalidade é necessariamente admitir certo reducionismo, o que deixa pouquíssima justificativa para a distinção racional, entretanto, a tese lewiseana também não está afirmando qualquer dualismo entre mente e matéria, ou mesmo, alma e corpo, ou seja, até porque ele admite que “não devemos desistir da natureza” e sim concebê-la como um pressuposto necessário para fundamentar algo além dela (C. S. LEWIS, 1984, p.25).

O segundo desdobramento do primeiro óbice apresentado por Lewis como evidência de algo além da natureza inserido na racionalidade humana origina-se de um conceito caro e essencial, tanto a sobrenaturalistas, quanto a naturalistas: a validade do conhecimento⁹. Lewis afirma tacitamente:

Qualquer coisa que professe explicar plenamente nosso raciocínio sem introduzir um ato de conhecimento, determinada assim unicamente por aquilo que é conhecido, trata-se na verdade de uma teoria no sentido de que não existe raciocínio. (C. S. LEWIS, 1984, p.19).

Equivale dizer que não se pode explicar a razão humana sem a certeza de que podemos, de fato, conhecer algo. Qualquer tentativa de explicar a razão é impossibilitada sem o emprego do raciocínio humano como válido. Essa necessidade formal e fundamental, uma vez desconsiderada, ameaça todo o edifício da ciência em sua base (C. S. LEWIS, 1984, p.15). Nem mesmo o ícone do naturalismo evolucionista, Charles Darwin, passou incólume diante dessa dificuldade:

Comigo”, diz Darwin, “a dúvida horrível sempre surge se as convicções da mente do homem, as quais têm sido desenvolvidas da mente de animais inferiores, são de qualquer valor ou dignas de confiança. Poderia qualquer um confiar nas convicções da mente de um macaco, se houvesse qualquer convicção em tal mente? (PLANTINGA, 2008, p. 5).

Filósofos naturalistas modernos tentam refutar esta dificuldade, no entanto, suas tentativas invariavelmente relegam o conhecer humano a um simples processo de aperfeiçoamento adaptativo de caráter eminentemente utilitário desenvolvido ao longo do ciclo evolutivo. Minimiza-se assim o conceito de verdade ou predicado de verdade, afirmando que dele necessitamos somente para fazer meras generalizações (RITCHIE, 2012, p. 254).

⁸ Biólogo geneticista britânico de posição naturalista que debatera em várias ocasiões com C. S. Lewis em Oxford.

⁹ Lewis parece empregar este conceito como Platão em *Teeteto*, ou seja, como crença verdadeira justificada.

No começo do século passado constatou-se a dificuldade do enfrentamento da questão da verdade do pensamento na visão naturalista, com o chamado “empirismo lógico”, de Rudolf Carnap e Willard van Orman Quine (1908 – 2000):

Carnap supõe aí que haja verdades que não podem ser concebidas por meio da experiência dos sentidos, enquanto Quine apenas o corrige propriamente no sentido de que ele pensa que todo o saber seria sempre uma mistura de elementos puramente teóricos e dados da experiência. Mas tudo isso, em última instância, torna de novo a situação tão complicada e sutil filosoficamente que Carnap e Quine não são da opinião de que teríamos apenas conhecimentos científico-naturais que, além disso, só podem ser uma descrição de processos em nosso cinema da consciência. (GABRIEL, 2018, p.84).

Diante dessa tarefa de explicar a possível conexão entre validade do raciocínio humano na procura pela verdade e o naturalismo evolucionista, podemos observar que, é necessário, sempre, destituir, ou relegar a uma possível ilusão, qualquer tipo de certeza. Recentemente, podemos destacar uma eminente voz engajada nessa tarefa: a filósofa naturalista e pesquisadora em neurociência, Patrícia Churchland (1943), que, segundo Plantinga:

Declara que a coisa mais importante sobre o cérebro humano é que ele evoluiu; portanto, ela diz que a sua principal função é possibilitar ao organismo mover-se apropriadamente: resumindo o essencial, o sistema nervoso possibilita o organismo ter êxito nos quatro aspectos: alimentação, fuga, luta e reprodução. O cerne principal do sistema nervoso é colocar as partes do corpo onde elas deveriam estar a fim de que o organismo possa sobreviver... Melhoramentos no controle sensorio-motor conferem uma vantagem evolucionária: um estilo imaginativo de representação é vantajoso na medida em que está engrenado no modo de vida do organismo e aumenta as suas chances de sobrevivência [ênfase de Churchland]. A verdade, o que quer que seja, definitivamente fica para trás. (PLANTINGA, 2011, p.3).

Portanto, a grande dificuldade da epistemologia naturalista evolucionista reside no fato de não poder reconhecer disposições proposicionais na busca da verdade. O que parece ter como consequência imediata, uma espécie de irracionalismo velado e solapador de qualquer tipo de ciência, inclusive a natural. (GABRIEL, 2018, p.96). Ou seja, há sempre certo descompasso em uma perspectiva puramente física da realidade ao tentar dar conta de fatos notadamente além dos físicos (metafísicos). Se a corrente filosófica que tenta jungir os elementos: razão e natureza, que constituem o ser humano, for de caráter eminentemente materialista, certamente acabará numa espécie de degeneração humana para baixo. Por outro lado, parece claro, que dar conta deste liame em perspectiva exclusivamente espiritualista, poderá acarretar a degeneração para cima. Já Lewis, estabelece uma espécie de relação assimétrica entre a razão e a natureza (C. S. LEWIS, 1984, p.26), onde a razão é independente da natureza, porém não depende de si mesma e não é perfeita em si mesma, pois se assim o fosse, não seria interrompida quando dormimos e não haveria pensamentos inválidos. “Todavia, se qualquer pensamento deva ser válido, tal razão deve existir e ser fonte da minha própria racionalidade imperfeita e intermitente [...] a quem chamamos Deus” (C. S. LEWIS, 1984, p.28). Aqui Lewis se alinha com a tradição platônica, passando pelos grandes expositores cristãos do período medieval, chegando aos filósofos modernos como Leibniz (1646-1716) e Berkeley (1685 – 1753), os quais fundamentam a razão humana à razão divina.

Apesar da relação assimétrica proposta por Lewis entre a natureza e a racionalidade, ele entende perfeitamente que a rejeição de tal assimetria, ou diferença hierárquica, por vezes não encontra respaldo na própria razão, mas no *zeitgeist* de viés naturalista que tendia para uma análise homogênea da realidade, onde uma sociedade democrática e um universo de igualdades ontológicas permeando todos os seres animados ou não, são bem mais atraentes que um mundo monárquico com a existência de um ser divino a quem possivelmente teríamos, como criaturas, a nos reportar. Isso nos faz adentrar na segunda dificuldade do naturalismo.

4. A MORALIDADE COMO SEGUNDO ÓBICE DO NATURALISMO

O próximo passo de Lewis é fundamentar outra possível evidência da supranaturalidade. O que em consequência, lança os alicerces necessários para a consideração da plausibilidade de milagres. Nesta segunda refutação apresentada pelo autor das crônicas namianas ao naturalismo, encontra-se a

moralidade, ou aquilo que está associado às condutas humanas disciplinadas por normas (ABBAGNANO, 2007, p. 682).

Certamente um dos temas mais controversos da tradição filosófica tem sido aquele que se ocupa dos deveres do agir humano¹⁰. Nesse sentido, novamente algo não negado por naturalistas e ou por supranaturalistas, é que a noção de como se deve agir, tanto nas relações interpessoais, como nas relações de pessoas com a fauna e a flora, de alguma forma está em nós, entre nós, ou de algum modo, nos constitui e assim nos orientam. As divergências originam-se quando procuramos localizar a derivação, ou genealogia, em linguagem nietzschiana, desta noção. As duas concepções da realidade mais uma vez aqui se dividem: o naturalismo que relega a noção moral do agir humano a um constructo social ou de classes, permanentemente orientado para uma melhor adaptação evolutiva, visando à permanência da espécie ou a imposição de uma classe sobre outra, e o supranaturalismo que fundamenta esta noção no divino, como sugerido, de forma categórica, na pergunta levantada por Dimitri¹¹: “Mas então, que se tornará o homem, **sem Deus** e sem imortalidade? **Tudo é permitido**, por consequência, tudo é lícito?” (DOSTOIÉVSKI, 2003, p.574, grifo nosso).

Para Lewis, há na constituição humana uma referência que se coloca acima de instintos ou convenções sociais a que ele chama de Lei da Natureza Humana, ou Lei Moral, ou Regra de Bom Comportamento (C. S. LEWIS, 2005b, p. 11). A partir dessa referência se viabiliza a capacidade de julgamentos e ações morais. Ele associa essa capacidade à racionalidade, com notada herança kantiana¹², e observa que há um “brilho” racional em julgamentos corriqueiros nas supostas discussões sobre direitos e ilícitudes, quando se diz: “seja razoável” (C. S. LEWIS, 1984, p.35). Adicionado a isto, Lewis afirma que não se pode emitir qualquer julgamento ou comportar-se de um determinado modo, fundamentando-os em causas não racionais ou não morais. Nem mesmo o marxismo e o freudismo conseguem avaliar ou não, um julgamento sem lançarem uso da validade de um pensamento, como discutido acima. Mesmo que essas duas visões de mundo remetam tal julgamento meramente à sua origem: seja aos interesses econômicos para segregação de classes ou aos embates travados entre os elementos do aparelho psíquico: *id*, *ego*, e *superego*.

Entretanto, por outro lado é bem possível mais uma vez, apontar que julgamos e agimos, de certa maneira, porque processos evolucionários produziram uma consciência em organismos, que na busca da autopreservação e por viverem mais tempo, foram capazes de transmitir sua herança genética, e consequentemente comportamentos adequados à prole. A partir daí, deuses seriam inventados com a função de criarem ambiência social promotora e incentivadora de tais comportamentos, tidos agora, como “certos” em relação a outros. O problema que aqui se apresenta é que a sentença: “devo fazer assim” em nada difere da sentença: “eu me sinto assim” (C. S. LEWIS, 1984, p.36). Logo, a conduta moral, como legado de um processo evolutivo irracional, não poderia possuir a predicação de certa ou errada, uma vez que tais predicados seriam estranhos se admitidos por simples construções empíricas, como fora demonstrado pelo filósofo germânico do novo realismo, Markus Gabriel (1980):

Isso porque se todo saber se origina da experiência e, desse modo, sempre seja saber sobre a natureza, já recaímos em dificuldades. Se todo o saber se origina da experiência e, por conseguinte, nunca podemos saber algo definitivamente – pois a experiência sempre nos poderia ensinar algo melhor –, como podemos, por exemplo, saber ainda que não se deve torturar crianças ou que a igualdade política deve ser objetivo da política democrática [...] Podemos desconcertar ainda mais o empirismo ao se confrontá-lo com duas perguntas

¹⁰ **ÉTICA** - Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: **1-** a que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; **2-** a que a considera como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. (ABBAGNANO, 2007, p. 380)

¹¹ Observa-se que esta fala de Dimitri ao seu irmão caçula, o piedoso Alisksiêi (Aliócha), nasce de uma discussão onde está em jogo a perspectiva natural/fisicalista da “química cerebral” e a conduta humana na obra mais madura do literato russo Fiodor M. Dostoiévski: *Os irmãos Karamazov*.

¹² Conceito de moralidade fundada no imperativo categórico e conceito de imperativo categórico como forma da razão em seu uso prático (ABBAGNANO, 2007, p. 235)

adicionais: se realmente *todo* saber se origina da fonte dos sentidos, e quanto ao saber sobre esse suposto fato. Sabemos pela experiência dos sentidos que todo saber se origina da experiência dos sentidos? Então teríamos de aceitar, nesse caso, que a experiência também pode, nesse aspecto, nos ensinar algo melhor. Teria de ser possível por princípio aprender, por meio da experiência, que não podemos aprender tudo por meio da experiência. (GABRIEL, 2018, p.82).

A grande dificuldade aqui exposta seria lidar com a insuportável ideia de que na seguinte questão: “O que devo fazer para um melhor convívio com os que me cercam?”, palavras como “devo” e “melhor” se assemelhariam a qualquer outro impulso condicionado, irracional e desprovido de caráter valorativo ético-moral como um bocejo ou um vômito (C. S. LEWIS, 1984, p.36). Uma provável refutação poderia ainda se apresentar, afirmando que o desejo de convívio melhor com o semelhante está associado a uma preferência pela vida e pela posteridade, no entanto, não escapariamos da dificuldade que essa preferência pela vida e pela posteridade já é em si um julgamento moral.

Mesmo se admitirmos uma evolução não irracional ou cega, a questão da conduta humana poderia ser comprometida em outro aspecto. Lewis afirma que a terceira via, a que está além do naturalismo materialista e aquém da concepção religiosa supranatural, denominada por ele de *Evolução Criativa*, poderia ser uma espécie de elaboração sofisticada com intuito de amenizar deveres morais ou relegá-los a impertinência:

“Para completar o quadro, tenho de mencionar o ponto de vista intermediário entre os dois, a chamada filosofia da Força Vital, ou *Evolução Criativa*, ou *Evolução Emergente*, cuja exposição mais brilhante e arguta encontra-se nas obras de Bernard Shaw, ao passo que a mais profunda, nas de Bergson. Seus defensores dizem que as pequenas variações pelas quais a vida neste planeta “evoluiu” das formas mais simples à forma humana não ocorreram em virtude do acaso, mas sim pelo “esforço” e pela “intenção” de uma Força Vital. Quando fazem tais afirmações, devemos perguntar se, por Força Vital, essas pessoas entendem algo semelhante a uma mente ou não. Se for semelhante, “uma mente que traz a vida à existência e a conduz à perfeição” não é outra coisa senão Deus, e seu ponto de vista é idêntico ao religioso. Se não for semelhante, qual o sentido, então, de dizer que algo sem mente faça um “esforço” e tenha uma “intenção”? Este argumento me parece fatal para esse ponto de vista. Uma das razões pelas quais as pessoas julgam a *Evolução Criativa* tão atraente é que ela dá o consolo emocional da crença em Deus sem impor as consequências desagradáveis desta. Quando nos sentimos ótimos e o sol brilha lá fora, e não queremos acreditar que o universo inteiro se reduz a uma dança mecânica de átomos, é reconfortante pensar nessa gigantesca e misteriosa Força evoluindo pelos séculos e nos carregando em sua crista. Se, por outro lado, queremos fazer algo escuso, a Força Vital, que não passa de uma força cega, sem moral e sem discernimento, nunca vai nos atrapalhar como fazia o aborrecido Deus que nos foi ensinado quando éramos crianças. A Força Vital é como um deus domesticado. Você pode tirá-lo de dentro da caixa sempre que quiser, mas ele não vai incomodá-lo em ocasião alguma — todas as coisas boas da religião sem custo nenhum. Não será a Força Vital a maior invenção da fantasia humana que o mundo jamais viu?” (C. S. LEWIS, 2005b, p.16)

Apesar da substancialidade racional do óbice moral apresentado por Lewis ao naturalismo, não há, como poderia se esperar dos temas éticos, razoável consenso sobre alguns pontos constituintes do argumento. O primeiro está na universalidade da Lei Moral constatada em todas as expressões culturais e religiosas dos grupamentos ou sociedades humanos, esposada por ele:

“É certo que existem diferenças entre as doutrinas morais dos diversos povos, mas elas nunca chegaram a constituir algo que se assemelhasse a uma diferença total. Se alguém se der ao trabalho de comparar os ensinamentos morais dos antigos egípcios, dos babilônios, dos hindus, dos chineses, dos gregos e dos romanos, ficará surpreso, isto sim, com o imenso grau de semelhança que eles têm entre si e também com nossos próprios ensinamentos morais. Reuni alguns desses dados concordantes no apêndice que escrevi para um outro livro, chamado *A abolição do homem*.” (C. S. LEWIS, 2005b, p.10)

O reforço de tais argumentos é, em Lewis, muito mais prático que teórico, no entanto, a natureza desse assunto filosófico também é eminentemente prática, apesar de sua orientação racional. É mais uma vez a moralidade humana é posta como derivada não de si mesma, ou de uma natureza não racional e não moral, mas sim de origem sobrenatural porque atributiva de Deus. (C. S. LEWIS, 1984, p.38). Desta forma, Lewis fundamenta evidências do mundo sobrenatural na natureza racional do

homem, em referência direta com a natureza física. Só a partir de tal alicerce torna-se possível, ao menos, cogitar sobre a existência de milagres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamentação elucidativa, mostras evidentes de domínio do raciocínio lógico, hábeis associações entre grandes autores, além de sofisticada sensibilidade ao *espírito* de sua época, C. S. Lewis demonstrou claro conhecimento da filosofia ocidental na refutação ao naturalismo materialista, em consequência, na exposição das evidências do sobrenaturalismo em sua obra *Milagres*. A despeito disso, nada lhe garante a palavra final no contexto filosófico, aliás, essa é uma das principais características desse debate racional milenar, desde Thales de Mileto (524-546 a.C). Qualquer garantia, além dessa não garantia, nos levaria ao dogma e requereria o componente da fé. Não obstante, parece claro que na tradição da defesa da fé cristã, a racionalidade nunca prescindiu da fé, e esta nunca se afastou daquela. Levando em conta que o cristianismo nasce em meio a embates com sectários, a sistematização racional do que se cria, tornou-se para ele, elemento constitutivo. Sendo assim, filosofia e teologia se revezaram historicamente, ora em sintonia, ora em subordinações, ora em forte oposição, sem, no entanto, nunca deixar de referenciar-se mutuamente. (PANNENBERG, 2008, p.17).

Apesar dos argumentos de Lewis a favor do sobrenatural respaldarem-se na distinção entre racionalidade e natureza, o literato irlandês denuncia a tendência, inspirada pelo progresso positivista, de referir-se ao conceito de natureza como aquilo que a humanidade dominou, quando na verdade não passa da dominação de um grupo humano sobre outro.

O último estágio virá quando, mediante a eugenia, a manipulação pré-natal e uma educação e propaganda baseadas numa perfeita psicologia aplicada, o Homem alcançar um completo domínio sobre si mesmo. A natureza humana será a última parte da Natureza a se render ante o Homem. (C. S. LEWIS, 2005a, p.38)

A rica tradição cristã ainda encara a natureza como emanção, construção e expressão artística de Deus, o que daí se origina que a ordem, a regularidade encontradas na natureza podem ser testemunhadas por grandes expoentes da Física – Stephen Hawking (1942-2018), (McGRATH, 2005, p. 158). No entanto, é na racionalidade humana onde toda essa apreensão se dá, tornando-se assim, ela mesma, a maior evidência sobrenatural neste mundo, como atestou um dos maiores influenciadores de Lewis: o bispo de Hipona.

Por outro lado, em relação àquela suma, inefável, incorpórea e imutável natureza a ser contemplada de modo imperfeito pela inteligência, nunca o olhar da mente, sob a direção única da regra de fé, pode se exercitar melhor, do que naquilo que o homem possui em sua natureza com maior perfeição do que os demais animais, e mesmo do que as outras partes da alma humana, isto é, a sua própria mente. Foi outorgada a ela, certa percepção das coisas invisíveis; a ela que situada como que em lugar superior e interior e como na presidência de honra dos sentidos corporais, os quais lhe comunicam tudo o que é objeto de juízo. Acima dela, nada há a quem deva se submeter, a não ser a Deus. (AGOSTINHO, 1995, p.330)

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGOSTINHO, Aurélio. **De Trinitate**. São Paulo: Paulus, 1995.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: JUERP/Imprensa Bíblica Brasileira, 2000. 1268 p.
- CHESTERTON, G. K. **Ortodoxia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia da natureza**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor Mikhailovitch. **Os irmãos Karamazov**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

- DREHER, Luís Henrique; PICH, Roberto Hofmeister (Org). **O Natural e o sobrenatural**. Porto Alegre: Luz e Vida, 2011.
- GABRIEL, Markus. **Não sou meu cérebro**: filosofia do espírito para o século XXI. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GREGGERSEN, Gabriele. **Porque C. S. Lewis é uma unanimidade entre evangélicos e católicos**. Disponível em: <<https://www.semprefamilia.com.br>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- KÜNG, Hans. **O Princípio de todas as coisas**: ciências naturais e religião. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEWIS, C. S. **A abolição do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- LEWIS, C. S. **Deus no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.
- LEWIS, C. S. **Milagres**: um estudo preliminar. São Paulo: Mundo Cristão, 1984.
- McGRATH, Alister. **A Ciência de Deus**. Viçosa: Ultimato, 2016.
- McGRATH, Alister. **A Vida de C. S. Lewis**: do ateísmo às Crônicas de Nárnia. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.
- McGRATH, Alister. **Conversando com C. S. Lewis**. São Paulo: Planeta, 2014.
- McGRATH, Alister. **Fundamentos do diálogo entre Ciência e Religião**. São Paulo: Loyola, 2005.
- PANNENBERG, Wolfhart. **Filosofia e Teologia**: tensões e convergências de uma busca em comum. São Paulo: Paulinas, 2008.
- PICH, Roberto Hofmeister (Org). **Naturalismo e Ateísmo**. Porto Alegre: EST Edições, 2009.
- PLANTINGA, Alvin. **Evolução versus naturalismo**: porque eles são como água e óleo. Disponível em: <<http://www.alvinplantinga.blogspot.com/2011/02/>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.
- RITCHE, Jack. **Naturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SHAEFFER, Francis. **A morte da razão**. São José dos Campos: ABU e Fiel, 1997.